

COORDENAÇÃO GERAL DE PATRIMONIO E LOGISTICA

Termo de Referência 32/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
32/2025	333005-COORDENAÇÃO GERAL DE PATRIMONIO E LOGISTICA	JOSE RIBAMAR SIMAO DA SILVA FILHO	14/08/2025 10:49 (v 0.5)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		44011.003207/2025-49

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de material de expediente nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Almofada para carimbo nº 04 - Cor: Azul	203301	Und.	05	R\$ 7,57	R\$ 37,85
2	Apontador de lápis 01 furo	284284	Und.	50	R\$ 1,00	R\$ 50,00
3	Bloco Flipchart - Tamanho Médio com 50 folhas	382527	Bloco	05	R\$ 60,00	R\$ 300,00
4	Caneta esferográfica azul. Caixa com 50 unidades	405278	Cx.	04	R\$ 34,22	R\$ 136,88
5	Caneta esferográfica preta. Caixa com 50 unidades	405279	Cx.	04	R\$ 25,77	R\$ 103,08
6	Caneta esferográfica vermelha. Caixa com 50 unidades	411944	Cx.	02	R\$ 39,40	R\$ 78,80
7	Caneta salientadora amarela, (marca texto) ponta 4mm. Caixa com 12 unidades	413172	Cx.	05	R\$ 9,68	R\$ 48,40
8	Clips nº 02 - caixa com 100 unidades	272501	Cx.	20	R\$ 2,38	R\$ 47,60

9	Clips nº 03 - caixa com 100 unidades	274803	Cx.	20	R\$ 3,56	R\$ 71,20
10	Clips nº 04 - caixa com 100 unidades	272505	Cx.	20	R\$ 2,63	R\$ 52,60
11	Cola plástica Branca - 1 Litro	390028	Und.	05	R\$ 23,51	R\$ 117,55
12	Cola plástica Branca - 40 gramas	394466	Und.	10	R\$ 3,13	R\$ 31,30
13	Envelope em papel Kraft natural, c/ 90 gr., Med. 229 x 324 mm, com o timbre "Serviço Público Federal", cintado c/ 100 unidades	459343	Cx.	10	R\$ 2,63	R\$ 26,30
14	Extrator de Grampos tipo espátula	311193	Und.	30	R\$ 2,02	R\$ 60,60
15	Fita adesiva dupla face Fixa Forte 19mmx20mm (banana)	304471	Und.	10	R\$ 21,78	R\$ 217,80
16	Fita Adesiva em polipropileno 50 x 50 mm - cor transparente para empacotamento	310519	Und.	20	R\$ 6,16	R\$ 123,20
17	Fita adesiva mágica (tipo Durex), med. 12 x 33mm	315368	Und.	40	R\$ 1,40	R\$ 56,00
18	Livro protocolo de correspondências com 104 fls. - tamanho médio	248739	Und.	05	R\$ 18,10	R\$ 90,50
19	Papel alcalino, fibra longitudinal, alta alvura, branco, formato A4, med. 210 x 297mm, gramatura 75g /m2. Certificado INMETRO	461819	Resma	200	R\$ 23,50	R\$ 4.700,00
20	Pasta Plástica em L transparente - tamanho ofício - med. 216 x 330 mm	288652	Und.	150	R\$ 1,95	R\$ 292,50
21	Pilha Alcalina palito AAA, tamanho AAA /LR03	309967	Und.	80	R\$ 2,83	R\$ 226,40
22	Pilha Alcalina pequena AA, tensão (V) 1.5, tamanho AA/LR6	364558	Und.	60	R\$ 4,04	R\$ 242,40
23	Pincel para quadro magnético Azul	233845	Und.	60	R\$ 1,59	R\$ 95,40
24	Pincel para quadro magnético Preto	233847	Und.	60	R\$ 1,93	R\$ 115,80
25	Plástico para plastificação a frio tamanho Ofício	228295	Und.	60	R\$ 1,20	R\$ 72,00
26	Prancheta em acrílico	278851	Und.	10	R\$ 11,19	R\$ 111,90

27	Régua Plástica med. 30 cm	348240	Und.	30	R\$ 2,19	R\$ 65,70
28	Tesoura Multiaplicação de Aço Inoxidável, Material do Cabo: Polietileno, Comprimento: 21 cm	477123	Und.	20	R\$ 12,00	R\$ 240,00
29	Tinta na cor azul, para almofada de carimbo de borracha, em embalagem de 40 ml, com validade mínima de 1 (um) ano	284286	Und.	10	R\$ 4,35	R\$ 43,50
Valor Total Estimado						R\$ 7.855,26

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.
- 1.3. O prazo de vigência desta contratação terá início na da data de emissão da Nota de Empenho e seu encerramento ocorrerá com o cumprimento das obrigações pelas partes, incluindo a entrega do objeto pela Contratada e o seu respectivo pagamento pela Contratante, tendo em vista tratar-se de contrato por escopo, com remessa única dos materiais adquiridos, conforme condições previstas neste termo de referência, e na forma do artigo 105 e 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos segue abaixo:
- 2.1.1. A presente aquisição tem por finalidade a reposição de estoque de material de expediente do almoxarifado da PREVIC, tendo em vista que a ausência dos materiais poderá ocasionar prejuízo ao bom funcionamento desta autarquia. As quantidades indicadas neste Termo de Referência basearam-se no histórico de consumo da instituição e na previsão de aumento de demanda do uso dos materiais com o ingresso de novos servidores recém nomeados na PREVIC.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2025**, sob número **DFD 00052/2025**.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição/especificação da solução como um todo segue abaixo:
- 3.1.1. **Item 1: Almofada para carimbo n.º 04 - Cor: Azul.**
- 3.1.1.1 Material Caixa: Plástico/Metal;
- 3.1.1.2. Material Almofada: Esponja Absorvente Revestida De Tecido;
- 3.1.1.3. Tamanho: Médio;
- 3.1.1.4. Cor: Azul;
- 3.1.1.5. Tipo: Entintada.
- 3.1.2. **Item 2: Apontador de lápis 01 furo.**
- 3.1.2.1. Material: Plástico;
- 3.1.2.2. Tipo: Escolar;
- 3.1.2.3. Cor: Variada;
- 3.1.2.4. Tamanho: Médio;

3.1.2.5. Características Adicionais: Com Depósito Redondo.

3.1.3. Item 3: Bloco Flipchart - Tamanho Médio com 50 folhas.

3.1.3.1. Cor: Branca;

3.1.3.2. Formato aprox: 64 x 88 cm;

3.1.3.3. Gramatura: 90 g/m²;

3.1.3.4. Características adicionais: Serrilha, sem pauta.

3.1.4. Item 4: Caneta esferográfica AZUL. Caixa com 50 unidades.

3.1.4.1. Material: Plástico Reciclado;

3.1.4.2. Material da ponta: Esfera de Tungstênio;

3.1.4.3. Tipo Escrita: Média;

3.1.4.4. Cor tinta: Azul;

3.1.4.5. Características Adicionais: Atóxica, corpo cilíndrico; corpo sextavado externamente com impressão da marca do fabricante; ponta em aço inoxidável com esfera de tungstênio; orifício lateral para ventilação da carga; corpo em cor cristal transparente. Tubo da carga não inferior a 11 cm de comprimento e 2 mm de diâmetro interno, contendo, no mínimo, 10 cm de tinta; tubo da carga e tampa com fundo encaixados sob pressão; prazo de validade impresso na embalagem (caixa) e não inferior a 2 anos, a partir da data de recebimento; referência: BIC ou similar em qualidade e desempenho.

3.1.5. Item 5: Caneta esferográfica PRETO. Caixa com 50 unidades.

3.1.5.1. Material: Plástico Reciclado;

3.1.5.2. Material da ponta: Esfera de Tungstênio;

3.1.5.3. Tipo Escrita: Média;

3.1.5.4. Cor tinta: Preta;

3.1.5.5. Características Adicionais: Atóxica, corpo cilíndrico; corpo sextavado externamente com impressão da marca do fabricante; ponta em aço inoxidável com esfera de tungstênio; orifício lateral para ventilação da carga; corpo em cor cristal transparente. Tubo da carga não inferior a 11 cm de comprimento e 2 mm de diâmetro interno, contendo, no mínimo, 10 cm de tinta; tubo da carga e tampa com fundo encaixados sob pressão; prazo de validade impresso na embalagem (caixa) e não inferior a 2 anos, a partir da data de recebimento; referência: BIC ou similar em qualidade e desempenho.

3.1.6. Item 6: Caneta esferográfica VERMELHA. Caixa com 50 unidades.

3.1.6.1. Material: Plástico Reciclado;

3.1.6.2. Material da ponta: Esfera de Tungstênio;

3.1.6.3. Tipo Escrita: Média;

3.1.6.4. Cor tinta: Vermelha;

3.1.6.5. Características Adicionais: Atóxica, corpo cilíndrico; corpo sextavado externamente com impressão da marca do fabricante; ponta em aço inoxidável com esfera de tungstênio; orifício lateral para ventilação da carga; corpo em cor cristal transparente. Tubo da carga não inferior a 11 cm de comprimento e 2 mm de diâmetro interno, contendo, no mínimo, 10 cm de tinta; tubo da carga e tampa com fundo encaixados sob pressão; prazo de validade impresso na embalagem (caixa) e não inferior a 2 anos, a partir da data de recebimento; referência: BIC ou similar em qualidade e desempenho.

3.1.7. Item 7: Caneta salientadora amarela, (marca texto) ponta 4mm, caixa com 12 unidades.

3.1.7.1. Material: Plástico reciclado;

3.1.7.2. Tipo ponta: Facetada;

3.1.7.3. Cor: Amarela;

3.1.7.4. Tipo: Não recarregável;

3.1.7.5. Características Adicionais: traço 1 a 4 mm / fluorescente.

3.1.8. Item 8: Clips nº 02 - caixa com 100 unidades

3.1.8.1. Tamanho: 2/0;

3.1.8.2. Material: Metal;

3.1.8.3. Formato: paralelo;

3.1.8.4. Características Adicionais: tratamento superficial niquelado.

3.1.9. Item 9: Clips nº 03 - caixa com 100 unidades

3.1.9.1. Tamanho: 3/0.

3.1.9.2. Material: Metal.

3.1.9.3. Formato: Paralelo;

3.1.9.4. Características Adicionais: tratamento superficial niquelado.

3.1.10. Item 10: Clips nº 04 - caixa com 100 unidades

3.1.10.1. Tamanho: 4/0.

3.1.10.2. Material: Metal.

3.1.10.3. Formato: Paralelo;

3.1.10.4. Características Adicionais: tratamento superficial niquelado.

3.1.11. Item 11: Cola plástica Branca - 1 Litro

3.1.11.1. Composição: Polivinil acetato - pva;

3.1.11.2. Cor: Branca;

3.1.11.3. Aplicação: Escolar;

3.1.11.4. Características Adicionais: lavável e atóxica, tipo pastosa, galão.

3.1.12. Item 12: Cola plástica Branca - 40 gramas

3.1.12.1. Composição: Polivinil acetato - pva;

3.1.12.2. Tipo: Líquida;

3.1.12.3. Peso: 40g;

3.1.12.4. Características adicionais: Secagem rápida/atóxica.

3.1.13. Item 13: Envelope em papel Kraft natural, c/ 90 gr., Med. 229 x 324 mm, com o timbre "Serviço Público Federal", cintado c/ 100 unidades

3.1.13.1. Material: Papel kraft;

3.1.13.2. Tipo: Comum

3.1.13.3. Comprimento aprox: 324mm;

3.1.13.4. Largura aprox: 229 mm;

3.1.13.5. Aplicação: Correspondências;

3.1.13.6. Características Adicionais: com timbre ´serviço público federal e brasão, caixa com 100 unidades.

3.1.14. Item 14: Extrator de Grampos tipo espátula

3.1.14.1. Material: aço inoxidável;

3.1.14.2. Tipo: espátula;

3.1.14.3. Características Adicionais: dimensões aprox.150 X 20 mm.

3.1.15. Item 15: Fita adesiva dupla face Fixa Forte 19mmx20mm (banana)

3.1.15.1. Material: poliuretano;

3.1.15.2. Tipo: dupla face;

3.1.15.3. Comprimento aprox: 20 mm;

3.1.15.4. Largura aprox: 19 mm;

3.1.15.5. Cor: Branca;

3.1.15.6. Aplicação: fixação tomadas e canaletas em divisórias;

3.1.15.7. Características Adicionais: fita banana esponjosa.

3.1.16. Item 16: Fita Adesiva em polipropileno 50 x 50 mm - cor transparente para empacotamento.

3.1.16.1. Material: Polipropileno;

3.1.16.2. Tipo: Monoface;

3.1.16.3. Largura aprox: 50mm;

3.1.16.4. Comprimento aprox: 50mm;

3.1.16.5. Cor: Transparente;

3.1.16.6. Aplicação: Multiuso.

3.1.17. Item 17: Fita adesiva mágica (tipo Durex), med. 12 x 33mm

3.1.17.1. Material: polipropileno;

3.1.17.2. Tipo: monoface;

3.1.17.3. Largura aprox: 12 mm;

3.1.17.4. Comprimento aprox: 33mm;

3.1.17.5. Cor: Incolor;

3.1.17.6. Aplicação: Multiuso.

3.1.18. Item 18: Livro protocolo de correspondências com 104 fls. - tamanho médio.

3.1.18.1. Material: papel off-set;

3.1.18.2. Quantidade de Folhas: 104 fls;

3.1.18.3. Comprimento aprox: 216mm;

3.1.18.4. Largura aprox: 153mm;

3.1.18.5. Tipo da Capa: dura;

3.1.18.6. Material Capa: papelão;

3.1.18.7. Gramatura mínima das folhas: 54 g/m²;

3.1.18.8. Características adicionais: folhas pautadas e numeradas sequencialmente;

3.1.19. Item 19: Papel Sulfite alcalino, fibra longitudinal, alta alvura, branco, formato A4, med. 210 x 297mm, gramatura 75g/m². Certificado INMETRO e ISO 14000.

3.1.19.1. Material papel: Alcalino;

3.1.19.2. Comprimento aprox: 297mm;

3.1.19.3. Largura aprox: 210mm;

3.1.19.4. Aplicação: impressora jato de tinta;

3.1.19.5. Gramatura: 75 g/m²;

3.1.19.6. Informações Complementares: Certificado INMETRO e ISO 14000.

3.1.20. Item 20: Pasta Plástica em L transparente - tamanho ofício - med. 216 x 330 mm

3.1.20.1. Material: plástico transparente;

3.1.20.2. Dimensões aprox: 216 mm x 330 mm;

3.1.20.3. Espessura aprox: 0,30mm;

3.1.20.4. Cor: Incolor;

3.1.20.5. Características Adicionais: Porta Folha "L".

3.1.21. Item 21: Pilha Alcalina palito AAA, tamanho AAA/LR03

3.1.21.1. Tamanho: Palito;

3.1.21.2. Modelo: AAA;

3.1.21.3. Tensão Nominal: 1,5V;

3.1.21.4. Características Adicionais: Sistema eletroquímico alcalina.

3.1.22. Item 22: Pilha Alcalina pequena AA, tensão (V) 1.5, tamanho AA/LR6

3.1.22.1. Tamanho: Pequena;

3.1.22.2. Modelo: AA;

3.1.22.3. Tensão Nominal: 1,5V;

3.1.22.4. Características Adicionais: blindada em aço, sistema eletroquímico alcalina.

3.1.23. Item 23: Pincel para quadro magnético Azul

3.1.23.1. Material: plástico;

3.1.23.2. Material Ponta: feltro;

3.1.23.3. Tipo Carga: descartável;

3.1.23.4. Cor: Azul.

3.1.24. Item 24: Pincel para quadro magnético Preto

3.1.24.1. Material: plástico;

3.1.24.2. Material Ponta: feltro ;

3.1.24.3. Tipo Carga: descartável;

3.1.24.4. Cor: Preto.

3.1.25. Item 25: Plástico para plastificação a frio tamanho Ofício

3.1.25.1. Tipo: Adesivo;

3.1.25.2. Cor: Incolor;

3.1.25.3. Tamanho: Ofício;

3.1.25.4. Características Adicionais: Plastificação a Frio.

3.1.26. Item 26: Prancheta em acrílico

3.1.26.1. Tipo: Portátil;

3.1.26.2. Material: Acrílico;

3.1.26.3. Comprimento aprox: 233mm;

3.1.26.4. Largura aprox: 320mm;

3.1.26.5. Espessura aprox: 3mm;

3.1.26.6. Cor: Fumê;

3.1.26.7. Características Adicionais: Com Prendedor Niquelado.

3.1.27. Item 27: Régua Plástica med. 30 cm

3.1.27.1. Material: Plástico cristal;

3.1.27.2. Tipo Material: Flexível;

3.1.27.3. Graduação: Centímetro/Milímetro;

3.1.27.4. Cor: Incolor;

3.1.27.5. Comprimento aprox: 30 cm;

3.1.27.6. Transmitância: Transparente.

3.1.28. Item 28: Tesoura Multiaplicação de Aço Inoxidável, Material do Cabo: Polietileno, Comprimento: 21 cm.

3.1.28.1. Material: Aço Inoxidável;

3.1.28.2. Material Cabo: Polietileno;

3.1.28.3. Comprimento aprox.: 21 cm.

3.1.29. Item 29: Tinta na cor azul, para almofada de carimbo de borracha, em embalagem de 40 ml, com validade mínima de 1 (um) ano.

3.1.29.1. Componentes: Água, Pigmentos;

3.1.29.2. Cor: azul;

3.1.29.3. Aspecto físico: Líquido;

3.1.29.4. Aplicação: Almofada;

3.2. Em caso de divergência entre a descrição contida neste termo de referência e a constante no sistema Compras.gov, prevalecerá a descrição deste documento para efeito de aceitabilidade das propostas.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. **Embalagem:** Original do fabricante, com indicação de sua marca e procedência, apropriada para a conservação e transporte do suprimento. Não será aceito material que apresente vestígios de violação da embalagem ou que fuja do padrão de segurança exigido para o tipo de material.

4.1.2. **Lacre de segurança:** Os produtos deverão vir lacrados, de forma a protegê-los da ação da luz, poeira e umidade. As embalagens que apresentarem violação de qualquer espécie deverão ser substituídas pelo fornecedor, ainda na fase de inspeção/recebimento.

4.1.3. **Número de Lote e Prazos:** Será rejeitado o material que não apresente, de forma impressa, na embalagem original do fabricante o número do lote, a data da industrialização, o prazo de validade e capacidade do produto, se for o caso.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O objeto da contratação será entregue nos seguintes prazos e condições:

5.1.1. Após procedimento de contratação, será feita a requisição de fornecimento, para os quais serão emitidas as notas de empenho respectivas e encaminhadas para as empresas contratadas;

5.1.2. O prazo de entrega dos itens será de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho pela a empresa Contratada, em remessa única;

5.1.3. Os materiais deverão estar devidamente embalados e protegidos, para evitar estragos durante o transporte e recebimento;

5.1.4. O material fora das especificações deverá ser trocado no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da data de notificação;

5.1.4.1 Correrão por conta da contratada as despesas decorrentes da devolução e nova entrega do produto;

5.1.5. Os materiais deverão ser entregues no seguinte endereço:

- **PREVIC - Brasília/DF**

Setor Comercial Norte Q 6 - Asa Norte, Brasília - DF, 70297-400, 3º andar.

Ponto de referência: Shopping Id.

Horário: de segunda a sexta-feira de 09h às 16:00h

5.1.7. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com, pelo menos, 05 (cinco) dias de antecedência do término do prazo de entrega para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.2. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.13. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.14. Cabe ao gestor do contrato:

6.14.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.14.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.14.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.14.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.14.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.14.7. enviar a documentação pertinente ao setor de pagamento para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 5 (cinco) dias.

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. As multas previstas nesta contratação poderão ser descontadas de pagamentos eventualmente devidos pelo Contratante.

7.6.1. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, no setor competente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.9. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.10.1. o prazo de validade;

8.10.2. a data da emissão;

8.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.10.5. o valor a pagar; e

8.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.13.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.13.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.20. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.23. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.24. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.24.1. Alternativamente à comprovação de que trata o item 8.24, a fonte pagadora poderá verificar a permanência do contratado no Simples Nacional mediante consulta ao Portal do Simples Nacional e anexar cópia da consulta ao documentação que deu origem ao pagamento, sem prejuízo do contratado informar imediatamente ao contratante qualquer alteração da sua permanência no Simples Nacional.

Cessão de Crédito

8.25. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.25.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.25.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.25.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.25.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.26. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.27. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com base no seguinte fundamento: baixo valor dos itens.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral, em conformidade com as condições dispostas no item 5. Modelo de Execução do Objeto.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Disposições gerais sobre habilitação

9.21. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.22. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.23. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.24. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.25. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 7.855,26 (sete mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e vinte e seis centavos)**, conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 33206/333005;

II) Fonte de recursos: 1003;

III) Programa de trabalho: 19.122.0032.2000.0000;

IV) Elemento de despesa: 339030-16;

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Brasília, 14 de agosto de 2025

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato (Nota de Empenho), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no no Aviso de Dispensa Eletrônica, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.2. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o

acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.6.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.6.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.6.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.6.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.6.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.8. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.9. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.10. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal da Circunscrição Judiciária de Brasília, Distrito Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e nos demais anexos a

que se refere o Dispensa Eletrônica nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ... de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOSE RIBAMAR SIMAO DA SILVA FILHO

Analista Administrativo



Assinou eletronicamente em 14/08/2025 às 10:49:15.